

**FUNDAÇÃO IBGE**  
INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA  
Centro Brasileiro de Estudos Demográficos

**DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL  
DA POPULAÇÃO  
DO BRASIL**

Manoel Augusto Costa

Número 2  
1969



FUNDAÇÃO IBGE

Presidente: *Sebastião Aguiar Ayres*

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA

Director Superintendente: *Raul Romero de Oliveira*

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DEMOGRÁFICOS

Director: *João Lyra Madeira*

O CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DEMOGRÁFICOS (CBED) prossequindo na divulgação de trabalhos da série "Estudos e Análises", dá a público, com a presente monografia do Prof. Manoel Augusto Costa, da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, trabalho realizado em colaboração com o INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICO-SOCIAIS APLICADAS (IPEA) onde o autor exerce as funções de Coordenador do Setor de Demografia.

**JOÃO LYRA MADEIRA**

Diretor do CBED

## I — INTRODUÇÃO

A amplitude dos problemas demográficos, a realidade demográfica e suas repercussões no processo de desenvolvimento econômico e social têm sido analisadas ultimamente com mais ênfase, em decorrência do reconhecimento de que somente uma visão pormenorizada, a consciência das suas tendências passadas e perspectivas seguras quanto ao futuro permitirão programar e alcançar desenvolvimento harmônico e efetivo das coletividades humanas.

Atualmente dá-se maior atenção a dois grandes ângulos dessa problemática: o primeiro se prende diretamente ao ritmo de evolução populacional e, o segundo, à forma como a população se distribui espacialmente, tendo em vista as potencialidades de recursos naturais e econômicos em geral e possíveis fenômenos de saturação que estejam ocorrendo.

No caso dos países latino-americanos, e dentre êles com maior razão o Brasil, os dois mencionados aspectos assumem elevada significação, não só pelo momento histórico que atravessamos, mas porque temos à nossa disposição como Nação, a amplidão de 8,5 milhões de quilômetros quadrados para ocupar e explorar.

No passado, a ocupação territorial se dava de forma mais ou menos espontânea, condicionada a fatores econômicos transitórios, na maioria das vezes, e sem nenhum sentido globalizador.

Com o passar dos tempos, foram se registrando importantes diferenças geográficas de desenvolvimento, aglomerações ditas urbanas foram se saturando, ressaltando e precipitando problemas de natureza social e econômica.

Essa fenomenologia, dentre outras, trouxe a consciência do que hoje parece claro e consagrado, isto é, que a forma como um povo se distribui no espaço físico é uma variável importante no elenco de variáveis que compõem o jôgo de fatores para o seu desenvolvimento.

Em outras palavras, reconhece-se que a distribuição espacial da população deve atender a uma série de objetivos, que vão desde questões psico-sociais das comunidades àquelas ligadas à segurança nacional.

## II — OBJETIVOS DO TRABALHO

Os objetivos do presente trabalho são o de descrever, na medida em que as informações históricas e estatísticas permitam, a forma como a população brasileira veio se espraiando no solo, isto é, como se processou o povoamento do nosso território, e quais os principais aspectos da nossa distribuição atual.

Assim, serão delineados os principais traços do nosso povoamento histórico e, a partir de 1872, quando se realizou o primeiro recenseamento brasileiro, comparar-se-á a evolução demográfica macro-regional salientando-se as tendências do fenômeno nesse nível de agregação espacial.

Finalmente, com base nas informações disponíveis do último censo, será caracterizado o quadro espacial atual, em nível de zonas fisiográficas, isto é, conjunto de municípios com características morfogeográficas semelhantes.

## 1 — POVOAMENTO HISTÓRICO

O povoamento e ocupação do Brasil vêm se dando lenta e pensadamente desde a sua descoberta em 1500, quando Pedro Álvares Cabral aportou na ilha de Santa Cruz, embora anteriormente a essa data já fôsse povoado por 1 milhão de indígenas de diversas tribos\*.

Esse processo, caracterizado por espraiamentos, a partir de pontos litorâneos para o interior, e concentrações descontínuas em forma de manchas, distanciadas às vezes por imensos espaços vazios, assumindo a conformação de um arquipélago humano, foi condicionado por fatores de diversas naturezas, isto é, geográficos, ecológicos, políticos, religiosos e, principalmente, econômicos e demográficos.

Geograficamente, a ocupação territorial se deu acompanhando a linha de menores obstáculos, utilizando fundamentalmente a rede fluvial que, embora constituída predominantemente de rios de planalto e, portanto, não caracterizados como navegáveis por excelência (à exceção do Amazonas e Paraguai), facilitou, no entanto, a fixação de núcleos populacionais, exercendo assim ação de penetração e de aglutinação demográfica.

Quanto ao relêvo, parece ter sido a serra que se estende paralelamente à costa, desde o rio Doce para o Sul, o maior obstáculo à penetração, porém é também verdade que para o norte dêsse rio já não persistem essas dificuldades e, ao contrário, tanto a foz do São Francisco como a do Amazonas se constituem em verdadeiros pórticos de interiorização.

Ecológicamente, o povoamento se verificou na razão direta dos seus aspectos favoráveis à presença e vida do homem, não tendo sido vencidas até agora nem a floresta amazônica, nem as caatingas inóspitas do Nordeste.

Os fatores de natureza política intervieram no sentido de promover a ocupação de pontos estratégicos, tendo em vista as disputas e interesses internacionais, que se verificavam principalmente entre os portugueses, espanhóis, franceses, holandeses e ingleses.

\* Estimativa de Angel Rosembat — Arthur Hehl Neiva — IPEA — Povoamento do Brasil (datilografado).

Como exemplo dessa influência, podem ser citados a colônia de Sacramento ou o Forte Príncipe da Beira \*.

Em tôda essa mecânica, foram, no entanto, os fatores de natureza econômica os mais importantes pelo papel que exerceram na contínua redistribuição populacional, ao se deslocar espacialmente em função da localização do que se convencionou denominar “produtos reis” e que definiram os ciclos históricos econômicos da Nação.

A par dêsses fatores, ditos não demográficos, não resta dúvida de que o processo de povoamento se fêz possível e encontrou sua maior expressão na grande mobilidade espacial da população, e quiçá seja o traço demográfico brasileiro mais marcante.

Para configurar objetivamente êsse processo, vejamos sucintamente os seus principais contornos, ligando-os básicamente à evolução econômica nacional.

A nossa vida econômica como nação apresentou, no decurso da história, variações em função de ciclos de produção, que ocorreram em diferentes pontos geográficos e épocas, constituindo-se, por isso, num dos mais importantes êmbolos do nosso povoamento, como já foi assinalado.

Êsses ciclos, em número de cinco, consistiam de períodos em que um “Produto Rei” predominava sôbre os demais, monopolizando as atenções, e se constituía no principal suporte da economia. São êles:

Ciclo do Pau-Brasil .....	1500 a 1550
Ciclo da Cana-de-Açúcar .....	1550 a 1700
Ciclo do Ouro .....	1700 a 1775
Ciclo da Borracha e do Café .....	1850 a 1930
Industrialização .....	a partir de 1930

O primeiro se caracterizou pela predominância da extração de madeira que recebeu a denominação de Pau-Brasil, com o propósito exclusivo de exportar. Quanto ao povoamento, pode ser considerado como de indiferença \*, embora nesses 50 anos, tenham se observado os primeiros povoadores isolados.

\* in Neiva... op. cit.

Pouco antes do término do Ciclo do Pau-Brasil, ocorreu a fase de efetivo início do povoamento do território. O processo foi facilitado pela instauração do regime de capitânicas hereditárias, oriundo do temor que a coroa portuguesa tinha de perder a colônia para os conquistadores estrangeiros.

Esse evento político, se por um lado deu origem à consolidação política da Nação, que culminou com a criação do Governo geral em 1549, por outro originou o segundo ciclo econômico, isto é, o Ciclo da Cana-de-Açúcar, produto de elevado valor internacional.

Este produto, mais intensamente cultivado no Nordeste, se constituiu no principal fator do povoamento da região e se espalhou ainda nos contornos da Baía da Guanabara e no Estado de São Paulo, onde desempenhou importante função econômica e povoadora.

Durante essa fase fundaram-se as cidades de São Paulo (1554), Rio (1565) e Natal (1598), por exemplo.

Com o aparecimento dos engenhos, teve origem, quase simultaneamente, a bovinocultura que, segundo alguns autores, foi a atividade dominante de certo período da nossa história (daí a denominação de Ciclo do Gado).

Se há hesitação em caracterizá-lo como centro de atividade econômica e, portanto, origem de um ciclo econômico, o mesmo não ocorre quanto à sua função de interiorização das populações e, conseqüentemente, de povoamento. Em outras palavras, não cabe dúvida de que a trilha aberta pelo gado em seu deslocamento pelos espaços geográficos foi importante agente da integração e do povoamento nacional.

Cronologicamente podemos ainda destacar, no século XV, além das cidades já mencionadas, a fundação de São Vicente, Olinda e Salvador entre outras, e o povoamento de pontos isolados na costa brasileira, desde Natal até São Paulo.

No século XVII e, portanto, em pleno Ciclo do Açúcar e do Gado, surgem Fortaleza e Belém entre outras. Povoam-se ainda o curso médio do Paraíba no Piauí, aparecem fazendas ao longo do São Francisco. Funda-se Paranaguá no Paraná. Verifica-se enfim um povoamento acentuado e de grandes repercussões na conformação da nossa ocupação territorial.

No Ciclo do Ouro, terceiro ciclo econômico, originado pelas descobertas de jazidas auríferas no interior de Minas Gerais, inicia-se o processo intenso de ocupação desse estado, o qual passa a se constituir no centro nevrálgico, político e econômico da Nação. Esta nova etapa da ocupação do território lança suas primeiras manchas para Goiás e Mato Grosso, e se intensifica para o Sul, indo atingir as missões no Estado mais ocidental.

No século XIX, mais precisamente em 1820, inicia-se a entrada de imigrantes que, durante muitos anos, seria fator ponderável na evolução do crescimento populacional do País.

Em 1850, comêço do Ciclo do Café e da Borracha, verifica-se a ocupação efetiva de São Paulo. Este também é o período do povoamento do Vale do Itajaí em Santa Catarina e áreas serranas do Rio Grande do Sul.

Com o segundo produto, desencadeiam-se até 1914, época do “crash” da borracha, a ocupação e o florescimento de cidades no Amazonas e Pará.

A partir da primeira guerra mundial, a imigração estrangeira para o Brasil diminui de importância, para voltar a elevar-se após o seu término. Esta influência estrangeira no nosso povoamento finda praticamente na crise econômica mundial de 1929-1930, e, até hoje, não tem significação na nossa evolução demográfica.

Finalmente, no século XX, dá-se, com o deslocamento do cultivo do café na sua marcha pelo interior de São Paulo, indo atingir o Noroeste do Paraná, a efetiva ocupação dessas áreas.

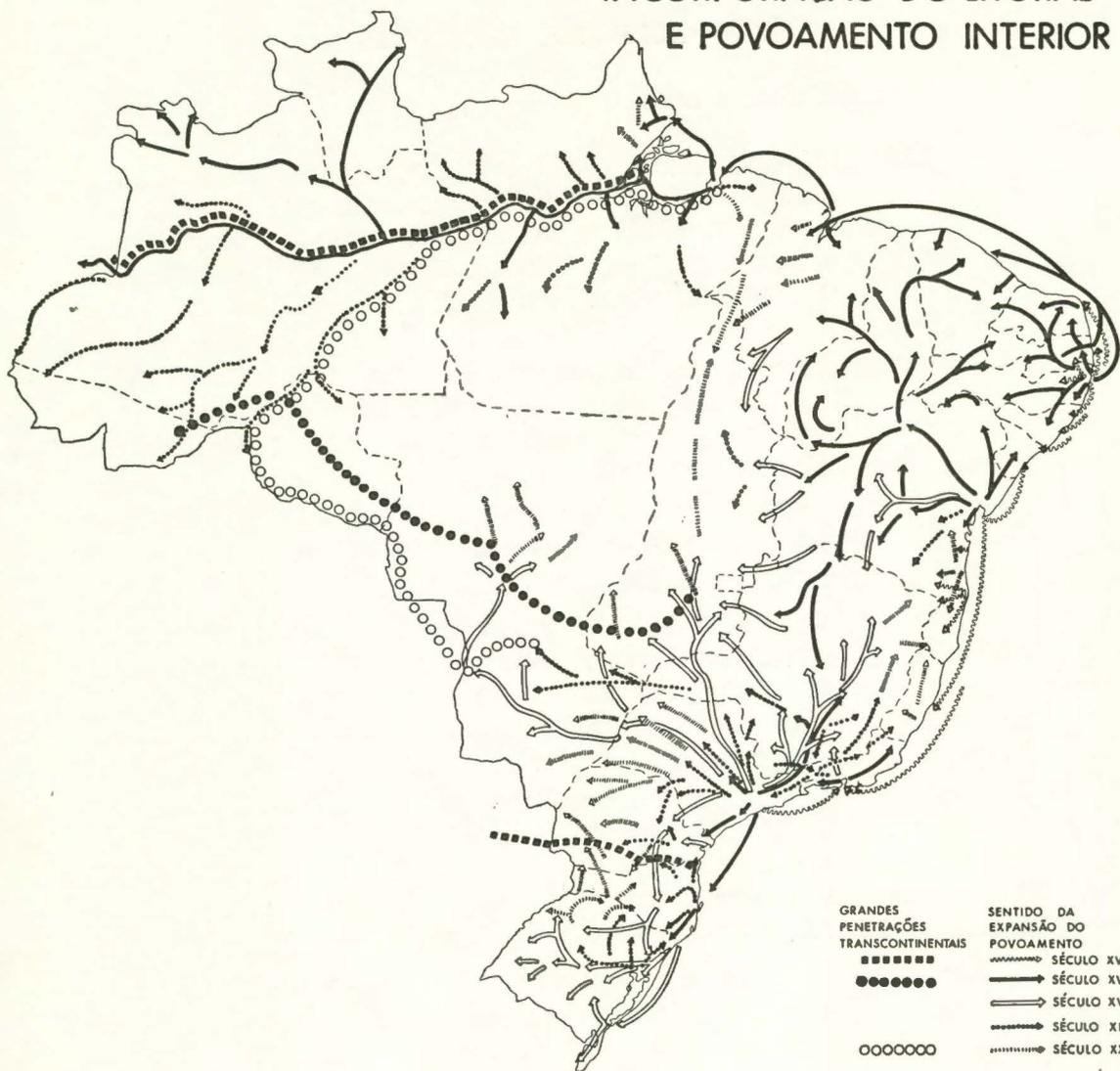
No Nordeste, nos vales do Jaguaribe e Mearim no Maranhão, tem início importante processo de povoamento e ocupação como resultado da experiência e ação colonizadora da SUDENE.

Neste período, a industrialização intensa de São Paulo se constitui em pólo de atração da mão-de-obra principalmente nordestina, a qual se orienta em grandes fluxos para a região.

Sinteticamente, êsses foram os grandes traços do nosso povoamento que originou a conformação atual da nossa distribuição espacial demográfica.

No mapa seguinte podem ser visualizados o povoamento histórico do País e os efeitos das diversas etapas ou ciclos econômicos:

# INCORPORAÇÃO DO LITORAL E POVOAMENTO INTERIOR



## 2 — ASPECTOS REGIONAIS

### 2.1 — Características Gerais

A distribuição geográfica atual da população do Brasil apresenta características semelhantes às da maioria dos países do continente latino-americano: densidade demográfica baixa; amplas variações internas; elevada concentração regional; forte aglutinação em poucos núcleos urbanos, além de forte aglutinação demográfica na costa litorânea.

A densidade por quilômetro quadrado do País se elevou de 1,2 habitantes em 1872 (ocasião do primeiro recenseamento geral) para 3,2 habitantes em 1920 \*, atingiu 8,3 habitantes em 1960 e é estimada em quase 11 habitantes em 1968.

O nível da relação população/solo ainda é considerado baixo no contexto mundial e, mesmo na América Latina, situa-se levemente abaixo da média que é estimada em 12 hab/km<sup>2</sup>.

A distribuição macro-regional da população é consideravelmente heterogênea. Enquanto o Sudeste contava com 44% da população e densidade de 34 hab/km<sup>2</sup> em 1960, o Norte apresentava apenas 4% da população global do País e menos de 1 habitante por quilômetro quadrado.

A percentagem de pessoas vivendo nos quadros urbanos e suburbanos das cidades e vilas é estimada atualmente em tórno de 53%, enquanto em 1960 era de 45%, em 1950 de 36% e em 1940, isto é, 28 anos passados, era de apenas 31%, o que significa amplas modificações na distribuição urbano-rural da população.

Verificou-se, por ocasião do último recenseamento geral, que a amplitude dessa proporção a nível regional atingia 23 pontos, isto é, variava de 34% no Norte para 57% no Sudeste, demonstrando que o processo de urbanização vem se dando com significativas diferenças espaciais.

Considerando apenas a parcela populacional aglutinada em núcleos de pelo menos 10 000 habitantes, a relação percentual em 1960 era de apenas 32%; porém a observação temporal dessa relação demonstra

\* Calculado com base em dado retificado.

dinâmica semelhante àquela da população urbana total. Neste caso, a relação assumiu os valores de 18% e 23%, em 1940 e 1950 respectivamente.

A amplitude de variação regional da relação é mais elevada do que no caso anterior. O menor percentual correspondia ao Centro-Oeste com quase 17%, enquanto o máximo era de 46% no Sudeste.

Ainda quanto à distribuição da população urbana, convém destacar que já eram nítidos os fenômenos de metropolização no Rio e São Paulo, que aglutinavam em conjunto 11,4% da população do País. As dez maiores cidades por sua vez concentravam 10,6%, 13,1% e 14,8% em 1940, 1950 e 1960 respectivamente, indicando que o processo de concentração urbana tem se ampliado temporalmente.

## 2.2 — Tendências da Distribuição Regional

Em 1872, 8 654,5 mil pessoas, isto é, 87,2% da população brasileira se concentravam nas Regiões Nordeste (46,7%) e Sudeste (40,5%), fato que encontra fácil explicação em motivos históricos e geográficos. Particularmente, assumiam elevada importância demográfica os Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e São Paulo, com 20,5%, 13,9%, 8,5% e 8,4% da população total respectivamente, englobando, portanto, 51,3% dos 9,9 milhões de pessoas que habitavam o País nesse ano.

### Distribuição Regional da População a partir de 1872

REGIÕES	POPULAÇÃO (1 000)				
	1872	1890	1940	1950	1960
Norte.....	332,9	476,4	1 462,4	1 844,6	2 601,5
Nordeste.....	4 638,6	6 002,0	14 434,1	17 973,4	22 428,0
Sudeste.....	4 016,9	6 104,4	18 345,8	22 548,5	31 056,4
Sul.....	721,3	1 430,7	5 735,3	7 840,9	11 873,5
Centro-Oeste.....	220,8	320,4	1 258,7	1 737,0	3 006,9
<b>BRASIL.....</b>	<b>9 930,5</b>	<b>14 333,9</b>	<b>41 236,3</b>	<b>51 944,4</b>	<b>70 967,2</b>

REGIÕES	VALORES RELATIVOS (%)				
	1872	1890	1940	1950	1960
Norte.....	3,35	3,32	3,55	3,55	3,66
Nordeste.....	46,71	41,87	35,00	34,60	31,61
Sudeste.....	40,45	42,59	44,49	43,41	43,76
Sul.....	7,26	9,98	13,91	15,10	16,73
Centro-Oeste.....	2,22	2,23	3,05	3,34	4,24
<b>BRASIL.....</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Em 1960, isto é, 88 anos após, com população 7 vezes maior, verifica-se distribuição nitidamente diferente daquela observada em 1872. Agora no Sudeste se encontra a maior parcela de habitantes (43,8%), o Nordeste reduziu sua importância relativa para apenas 31,6% enquanto o Sul concentrava 16,7% da população global do País, isto é, apresentava pouco mais do dobro da importância relativa de 1872, indicando o importante incremento relativo ocorrido nessa Região.

Em termos estaduais, verificou-se que São Paulo, que por ocasião do primeiro recenseamento aglutinava percentual populacional de 8,43%, isto é, valor praticamente igual ao de Pernambuco à época, passou a ser, em termos relativos, o Estado de maior importância, reunindo 18,3% da população em 1960.

A importância relativa da população paulista nesse ano era duas vezes maior do que a da Bahia e a do Rio Grande do Sul, que se situavam imediatamente abaixo nesse aspecto e acusavam apenas 8,5% e 7,7% da população total, respectivamente.

#### Densidades das Regiões Econômicas a partir de 1872

REGIÕES	1872	1890	1940	1950	1960
Norte.....	0,09	0,13	0,41	0,52	0,73
Nordeste.....	3,01	3,90	9,37	11,66	14,56
Sudeste.....	4,35	6,61	19,85	24,40	33,61
Sul.....	1,28	2,55	10,20	13,95	21,12
Centro-Oeste.....	0,12	0,17	0,67	0,92	1,60
BRASIL.....	1,17	1,68	4,87	6,14	8,39

FONTE — Sinopse Preliminar do Censo de 1960.

A combinação População-Espaço Geográfico origina um indicador que, embora pouco sensível para considerações objetivas a respeito da pressão populacional em cada região, permite visualização clara das tendências temporais do processo histórico de povoamento regional, e suas grandes diferenças.

Nessa ótica, verifica-se que o Sul ocupa o segundo lugar dentre as cinco grandes regiões, tendo havido uma inversão de lugar com o Nordeste que, em termos relativos, era mais importante.

As tendências assinaladas quanto à aglutinação relativa da população e densidade do País resultaram, em grande parte, dos fortes movimentos internos da população, os quais se originaram fundamentalmente do Nordeste e se orientavam de início com maior intensidade para o Sudeste e, a partir de 1950, em maior proporção para o Sul.

A nível estadual, excluindo o Estado da Guanabara por suas características especiais de “cidade-estado”, observou-se, em 1960, que o Rio de Janeiro, com 80 hab/km<sup>2</sup>, constituía a Unidade mais densamente povoada, seguido de São Paulo com 52 hab/km<sup>2</sup>, Alagoas com 46 hab/km<sup>2</sup> e Pernambuco com 42 hab/km<sup>2</sup>.

### 2.3 — Crescimento Global e Urbano

As modificações no quadro demográfico relativo regional refletem os efeitos combinados do incremento vegetativo e incremento migratório.

Crescimento das Regiões a partir de 1872

REGIÕES	CRESCIMENTO GEOMÉTRICO ANUAL (%)			
	1872/1890	1890/1940	1940/1950	1950/1960
Norte.....	2,0	2,3	2,4	3,4
Nordeste.....	1,4	1,8	2,3	2,2
Sudeste.....	2,3	2,2	2,1	3,2
Sul.....	3,8	2,8	3,2	4,2
Centro-Oeste.....	2,0	2,8	3,3	5,5
BRASIL.....	2,0	2,1	2,4	3,0

FONTE — Sinopse Preliminar do Censo de 1960.

O quadro indica serem, em termos relativos, o Centro-Oeste e o Sul as regiões que evoluíram com maior intensidade, destacando-se sobremaneira no último decênio, em decorrência dos fortes movimentos migratórios para a zona Oeste do Paraná, da forte colonização do Sudoeste de Mato Grosso e, finalmente, do processo de fixação populacional do planalto goiano, em consequência da criação de Brasília.

Em termos absolutos, no entanto, verifica-se que o Sudeste e o Nordeste ocupam ainda os primeiros lugares quanto à evolução, sendo que, no decênio de 50, essas regiões alcançaram 12,9 milhões de pessoas, o que equivale a quase 70% do incremento nacional total no mesmo período.

A decomposição do crescimento global em vegetativo e migratório, nos dois últimos períodos, salienta a influência de cada um desses fatores na evolução regional.

**Decomposição do Crescimento Regional Anual**

REGIÕES	VEGETATIVO (%)		MIGRATÓRIO (%)	
	1940/1950	1950/1960	1940/1950	1950/1960
Norte e Centro-Oeste.....	2,4 ; 2,8	3,0 ; 3,4	0,4 ; 0,0	1,3 ; 0,9
Nordeste.....	1,9 ; 2,3	2,4 ; 2,8	-0,3 ; -0,1	0,0 ; -0,4
Sudeste.....	2,1 ; 2,5	2,8 ; 3,2	0,0 ; -0,4	-0,2 ; -0,2
Sul.....	2,5 ; 2,9	2,9 ; 3,3	0,7 ; 0,3	1,0 ; 0,6

FONTE — IPEA — Demografia — Diagnóstico Regional (datilografado).

Os valores contidos no quadro deixam antever claramente a importância dos mencionados fatores no processo de redistribuição regional, salientando o de natureza migratória.

A região Nordeste se caracterizou como área típica de repulsão migratória nos dois períodos, enquanto que o Sudeste, embora com um saldo emigratório, não apresentou fenômeno tão intenso. As outras duas regiões, ao contrário, tiveram saldos de imigração, caracterizando-se, portanto, como de atração, transformando-se em áreas de fixação de correntes originadas naquelas duas.

Cabe observar que, embora o crescimento vegetativo tenha se ampliado em tôdas as regiões de um período para o outro, careceu de importância no Nordeste e Norte-Centro-Oeste, dada a persistência de elevados níveis de mortalidade.

No processo de deslocamento interno de fluxos migratórios, as cidades têm exercido forte poder de atração.

**Crescimento da População Urbana Segundo Regiões**

REGIÕES	CRESCIMENTO GEOMÉTRICO ANUAL (%)	
	1940/1950	1950/1960
Norte e Centro-Oeste.....	4,0	7,3
Nordeste.....	3,4	4,9
Sudeste.....	4,0	5,2
Sul.....	3,9	6,8
BRASIL.....	3,9	5,4

FONTE — Censos Demográficos de 1940 e 1950. Dados preliminares do Censo de 1960.

O ritmo de aglutinação urbana foi intenso em tôdas as regiões, com taxas no decênio de 50 superiores às de 40 e com maior importância relativa no Norte-Centro-Oeste e Sul.

Esse fato dá idéia da dimensão do fenômeno de urbanização que parece apresentar tendência ao incremento, independentemente do nível de desenvolvimento econômico da área, refletindo talvez, por um lado, certa incapacidade da estrutura agrária em fixar o homem, e, por outro, um feito de atração social e econômica da cidade para o homem do campo.

### 3 — CONFIGURAÇÃO ATUAL

Nos dois capítulos anteriores foram abordados aspectos diferenciais das macro-regiões, destacando-se quando muito, os Estados de maior importância em um ou outro sentido.

Neste capítulo, serão acentuadas as diferenças entre as zonas fisiográficas em cada uma dessas regiões, de forma a contarmos com visão mais pormenorizada do complexo mosaico demográfico nacional.

Essa pretensão se justifica na medida em que verificamos que a extensão territorial das regiões econômicas, e mesmo a população, ultrapassam os níveis de inúmeras nações. Por outro lado, constitui-se num passo efetivo para a compreensão do processo de redistribuição populacional brasileira que, por falta de dados, não pode ser recomposto detalhadamente e, assim, um resumo analítico da configuração atual e observações quanto ao crescimento no último decênio inter-censitário apresentam importantes subsídios para a melhor compreensão do assunto, e especulações em torno de expectativas futuras.

#### 3.1 — Região Sudeste

A região Sudeste é a mais importante do País, tanto do ponto de vista econômico como social. Conforme já foi assinalado, viviam na região, por ocasião do último recenseamento, 44% da população nacional e aí se concentravam apenas 16% da renda interna.

A densidade era a mais elevada, assim como a proporção de pessoas em núcleos de 10 000 e mais habitantes, que atingia em 1960 a 46%.

Quanto à ocupação territorial, podemos destacar os seguintes aspectos:

a) as zonas fisiográficas mais densamente povoadas se encontram nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro;

b) no primeiro, as zonas de maior densidade são aquelas onde estão situadas a capital do Estado e o pôrto de mar (Santos), enquanto que, no segundo, verifica-se que o maior adensamento se dá nas zonas limítrofes da Guanabara (o que inclui o município da capital), dos quais alguns municípios já pertencem ao complexo metropolitano do Rio;

c) algumas zonas com densidades acima de 50 hab/km<sup>2</sup>, e, portanto elevadas no contexto nacional, ainda sobressaem na região. Entre elas aparecem aquelas onde estão localizadas as cidades de Belo Horizonte e Vitória, além de toda a faixa da rodovia Rio-Santos, e zonas de S. José do Rio Pardo e Bragança no nordeste paulista, limítrofes com Minas Gerais, e de Marília no oeste desse Estado;

d) observa-se, ainda, a existência de uma faixa que, partindo de S. Paulo, se estende até Marília, com densidade relativamente homogênea em torno de 30 hab/km<sup>2</sup>;

e) em termos nacionais, a área conjunta de zonas fisiográficas delimitadas pelas capitais de Minas Gerais, São Paulo, Guanabara, Vitória e a cidade de Marília se inclui entre as mais densamente povoadas do País, e reflete a importante ocupação econômica aí verificada.

Das 68 zonas fisiográficas em que está dividida a região, 12 se caracterizavam, como pode ser observado na tabela, em áreas típicas de atuação migratória, contando com taxa anual de crescimento superior a 4%. Cerca de 32, isto é quase a metade, constituíam área de repulsão migratória, por contarem com crescimento médio anual inferior a 2%.

**Distribuição das Zonas Fisiográficas e Áreas, Segundo a Taxa de Crescimento Anual do Período 1950/60**

TAXAS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO ANUAL (%)	Número de Zonas	Área (km <sup>2</sup> )
Menos de 2.....	32	410 640
2   4.....	24	416 189
4   8.....	7	63 775
8 e mais.....	4	28 738
TOTAL.....	67	923 972

Em termos estritamente geográficos, apenas 10% (97 513 km<sup>2</sup>) do território regional exerceram atração migratória, enquanto que 50% sofreram o fenômeno de repulsão, indicando, portanto, a existência de considerável processo de redistribuição espacial da população que se orienta, principalmente, para as áreas metropolitanas da Região.

Quatro zonas tiveram evolução demográfica excepcional no decênio, isto é, acima dos 8% anuais. Porém, a população aí concentrada repre-

sentava apenas 4% do volume total regional, indicando que, em termos relativos, possuem pequena importância demográfica. Essas zonas, localizadas ao Noroeste de S. Paulo (Pereira Barreto), no Litoral do Espírito Santo (Norte), no complexo do Grande Rio (Baixada do Rio Guandu no Rio de Janeiro) e, finalmente, a Serra dos Alimorés (área incrustada entre Minas Gerais e Espírito Santo), refletem os efeitos das migrações internas que, relativamente às zonas, foram de grande magnitude.

Três das quatro regiões assinaladas apresentavam em 1960 densidade moderada, à exceção da Baixada do Rio Guandu que contava com 285 hab/km<sup>2</sup>, o que se explica por se encontrar nesta zona a cidade de Nova Iguaçu, um dos núcleos urbanos de maior crescimento relativo do País, no decênio.

Ainda quanto ao ritmo de crescimento, devem ser destacadas as zonas que contaram com evolução geométrica acima de 4% e densidade elevada no contexto regional. Essas zonas podem ser consideradas como áreas de importante atração migratória.

São elas as zonas do Estado do Rio de Janeiro limítrofes à Guanabara: Baixada da Guanabara e Baixada do Rio Guandu; zona Metalúrgica em Minas Gerais, zona de Vitória no Espírito Santo, e, finalmente, as zonas do Litoral de Santos, Médio Paraíba, Barreto e Andradina em São Paulo.

Cabe observar que, das 32 zonas com crescimento inferior à 2%, portanto áreas prováveis de emigração, 8 pertenciam a Minas Gerais, 18 a São Paulo, 3 ao Espírito Santo e 3 ao Rio de Janeiro, demonstrando que no segundo Estado ocorrem, em termo relativo e regional, os deslocamentos emigratórios mais importantes.

Esta mecânica está intimamente ligada à mobilidade da cultura do café que, em sua marcha em direção ao oeste do Estado, promoveu a origem de correntes emigratórias, que acompanham a sua marcha ou se orientam para outras regiões com maiores oportunidades econômicas.

O fenômeno ocorreu fundamentalmente na área central do Estado, compreendendo as zonas de Catanduva, Bauru, Araçatuba e Presidente Prudente, as quais tiveram taxas de crescimento de apenas 0,3%, 0,7%, 1,0% e 0,6% respectivamente.

Quanto à urbanização, observa-se que, das 68 zonas fisiográficas, 19 contavam com mais de 50% das pessoas vivendo nas cidades e vilas, correspondendo apenas a 20% do território regional. Destas 19 zonas, apenas 4 já haviam atingido 70%, isto é, eram predominantemente urbanas neste sentido.

**Distribuição das Zonas Fisiográficas e Áreas, Segundo a  
Taxa de Urbanização em 1960**

TAXAS DE URBANIZAÇÃO (%)	Número de Zonas	Área (km <sup>2</sup> )
Menos de 30.....	24	383 396
30 ─ 50.....	25	354 065
50 ─ 70.....	12	131 689
70 e mais.....	7	54 822
TOTAL.....	68	923 972

Nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, o processo de urbanização se deu isoladamente em algumas zonas, em função direta da atração e expansão da capital estadual.

No Estado de São Paulo, todavia, é nítida a existência de uma faixa no sentido Noroeste, que parte desde o Litoral de Santos em direção à Araraquara e Ribeirão Preto. Ao Sul dessa linha, apenas a zona de Botucatu contava em 1960 com mais de 50% de população urbana e, acima, tôdas as zonas sem exceção ainda eram preoeminantemente rurais no ano do último censo.

Ligando São Paulo ao Rio, vemos que as zonas do Médio Paraíba em São Paulo, Alto da Serra, Resende e Baixada da Guanabara, no Rio de Janeiro, com taxas superiores a 50%, constituem uma faixa contínua que também se destaca nesse aspecto.

Este contôrno reflete os efeitos da polarização do Rio e de São Paulo e da aglutinação urbana da principal rodovia nacional Rio-São Paulo.

Como já foi assinalado inúmeras vèzes, uma das características demográficas contemporâneas do País é o forte processo de urbanização, o qual redundou nas taxas que analisamos anteriormente.

No Sudeste o processo foi consideravelmente importante em todo o espaço físico e, por isso, parece interessante destacar aquelas zonas onde a taxa de crescimento da população urbana foi consideravelmente mais elevada que a nacional, aumentando, assim, a nossa visão da evolução populacional espacial, que é o objetivo dêste trabalho.

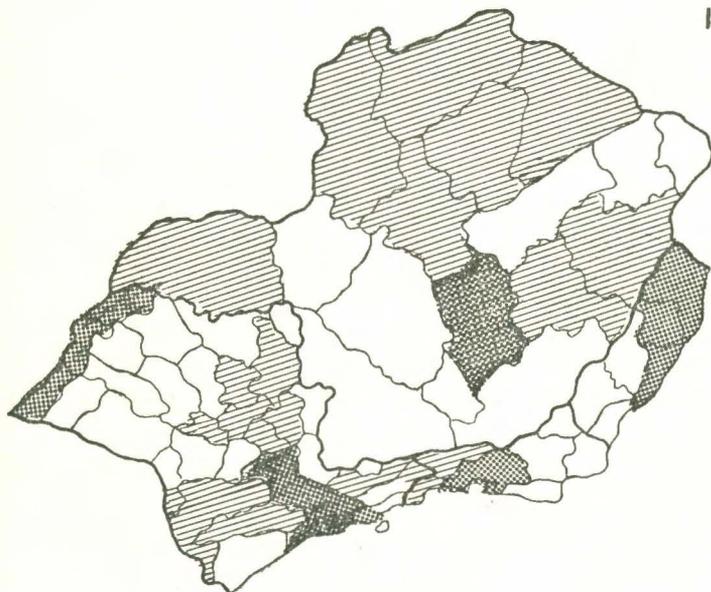
Considerando como excepcionais no contexto nacional as taxas acima de 7% ao ano, já que o crescimento médio anual no decênio de 50 para o país foi de 5,4%, encontramos apenas 12 zonas na Região em que o processo ganhou essa intensidade.

Como advertimos anteriormente, a consideração de números relativos, sem cuidarmos do volume base a que se referem, pode conduzir-nos a sérias falácias e levar-nos a concluir que o fenômeno medido

# REGIAO SUDESTE

## ZONAS FISIOGRAFICAS

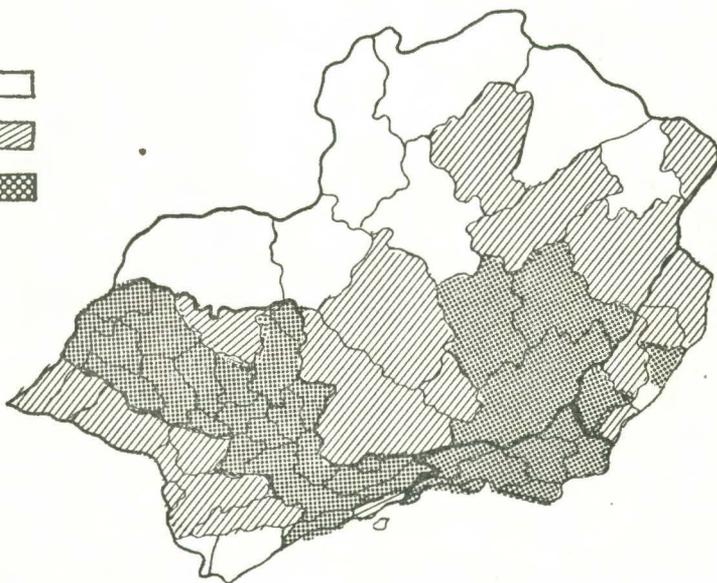
TAXA DE CRESCIMENTO  
DA POPULAÇÃO (%)  
1950 / 60



DENSIDADE (1960)  
( hab / km.2 )

CONVENÇÕES :

MENOS DE 2 %   
DE 2 % A 39%   
MAIS DE 40 % 



CONVENÇÕES :

MENOS DE 10 hab/km.2   
DE 10 A 30 hab/km.2   
MAIS DE 30 hab/km.2 

# REGIÃO SUDESTE

## ZONAS FISIográfICAS

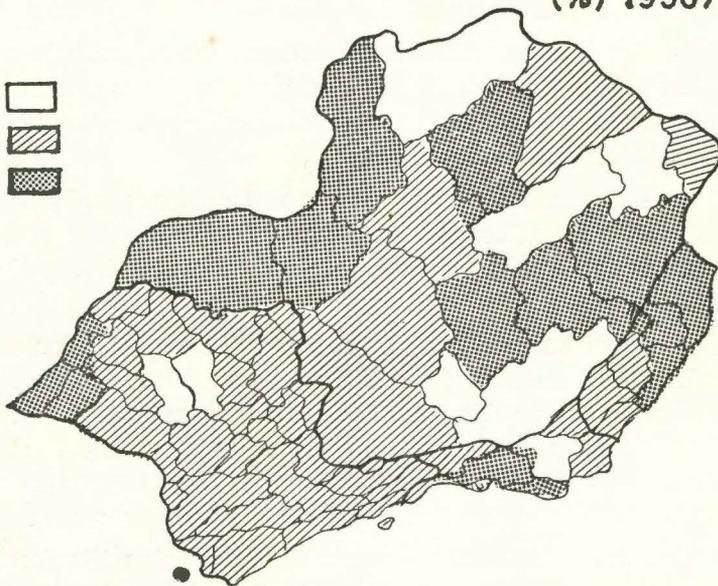
TAXA DE URBANIZAÇÃO  
(%) 1960



CRESCIMENTO DA  
POPULAÇÃO URBANA  
(%) 1950/60

CONVENÇÕES :

MENOS DE 30%   
DE 30% A 60%   
MAIS DE 60% 



CONVENÇÕES :

MENOS DE 4%   
DE 4% A 6%   
MAIS DE 6% 

tem efetivamente maior importância nas áreas onde se registrem maiores taxas de crescimento. Cientes de que isto é verdade, não nos preocuparemos, no entanto, com êsse pormenor nesta rápida descrição, limitando-nos, simplesmente, a destacar aquelas áreas do nosso espaço em que a urbanização apresenta maior tendência relativa de evolução.

Se por um lado essas 12 zonas não eram as mais importantes, populacionalmente, em 1960, podemos por outro lado induzir, tendo em vista haver na sua maioria correspondência com taxas de crescimento demográfico global elevadas, que as mesmas se caracterizam, em relação ao quadro regional e mesmo nacional, como zonas de atração migratória e que o crescimento se faz, principalmente, em aglomerações urbanas.

Nos casos específicos do Espírito Santo e Rio de Janeiro, fica bem claro que nas zonas onde se verificou maior incremento relativo da população urbana há maior tendência de ocupação territorial.

### 3.2 — Região Nordeste

A região Nordeste é talvez a mais importante no momento histórico e econômico por que atravessa a Nação, dada a forte pressão social que exercem os seus 27 milhões de habitantes, e o esforço que aí vem sendo desenvolvido para o progresso sob a égide da SUDENE.

Em termos estritamente demográficos, reveste-se de grande importância ao concentrar 32% da população nacional, porém, em termos de ocupação, situa-se abaixo da região Sul que, nesse sentido, é a segunda colocada.

Efetivamente, do ponto de vista da ocupação territorial, há grande diversidade entre as suas zonas fisiográficas e podem ser notados os efeitos diretos dos fatores geográficos na distribuição espacial da população.

O primeiro ponto de relêvo reside na existência de uma faixa litorânea que se estende desde o Rio Grande do Norte até a parte mais setentrional de Alagoas, onde a densidade está acima de 40 habitantes por km<sup>2</sup>, portanto elevada no cenário brasileiro. Na zona pernambucana do Litoral e Mata êsse indicador atinge a 180 hab/km<sup>2</sup>, apontando a forte polarização exercida por Recife no quadro regional.

Na Bahia também se verifica, na faixa litorânea, o maior adensamento populacional do Estado. Essa faixa, tendo como centro a zona do Recôncavo com 118 hab/km<sup>2</sup>, se estende para o Norte até Sergipe e para o Sul atingindo a Zona Cacaueira, com densidades variando entre 20 e 30 hab/km<sup>2</sup>, que também são nitidamente elevadas no contexto estadual.

No Ceará a ocupação se deu com maior intensidade do que nesses Estados, porém seguiu a mesma forma, isto é, foi mais intenso no litoral, onde, no entanto, não ultrapassa os 50 hab/km<sup>2</sup>.

No interior da região, destaca-se um agrupamento de zonas com densidades acima dos 20 hab/km<sup>2</sup> que, interligando-se, constituem uma verdadeira ilha. Nesse grupo se incluem zonas pertencentes aos Estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará, sendo as zonas do Cariri e Triunfo, com 42 hab/km<sup>2</sup> e 58 hab/km<sup>2</sup> respectivamente, as mais importantes e exercendo ação polarizadora em tôda a área.

Finalmente no Maranhão, Estado mais rarefeito populacionalmente do Nordeste, apenas as zonas do Litoral Norte e do Baixo Mearim se destacam com densidades de 34 e 35 hab/km<sup>2</sup>, respectivamente.

Na primeira das zonas, refletem-se os efeitos polarizadores da Capital e na segunda, a única zona que apresentou regionalmente a combinação de densidade elevada (acima de 20 hab/km<sup>2</sup>), com crescimento anual acima de 4%, a influência da SUDENE, que vem desenvolvendo na área projetos que a dinamizaram econômicamente.

Com o crescimento populacional, é de esperar que se encontre baixo ritmo de evolução, já que a região se caracteriza como a de maior repulsão migratória do País.

Como foi dito, apenas o Baixo Mearim apresenta a combinação de alta densidade e elevado crescimento demográfico. As suas zonas limítrofes, isto é, Pindaré, Itapecuru e Alto Mearim, além da zona do Tocantins ainda no Maranhão, ao lado da zona de Barreiras na Bahia, constituem as 6 zonas, dentre as 85 da Região, que evoluíram com taxa anual acima de 4%, excepcional na região, sendo as únicas que se caracterizaram como receptoras de migrações internas.

**Distribuição das Zonas Fisiográficas e Área, Segundo a Taxa de Crescimento Médio Anual do Período 1950/60**

TAXAS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO ANUAL (%)	Número de Zonas	Área (km <sup>2</sup> )
Menos de 2.....	47	814 540
2   4.....	31	446 383
4   8.....	4	215 936
8 e mais.....	3	63 942
<b>TOTAL.....</b>	<b>85</b>	<b>1 540 801</b>

(1) Exclusivo Fernando de Noronha.

Verifica-se que em apenas 4% do território regional se registrou crescimento excepcional, em 18% ocorreu processo de atração migratória e em 53% houve repulsão.

Sabidamente, a região tem se caracterizado como de transbordamento humano, porém estas anotações permitem identificar dentro da mesma um mecanismo de concentração populacional, fazendo supor que existe importante polarização interna de fluxos migratórios.

A urbanização assumia no Nordeste nível ainda baixo por ocasião do último recenseamento. Somente 9 zonas, das quais 8 correspondem àquelas onde se incluem capitais estaduais, ultrapassavam os 50% de pessoas urbanas, sendo o máximo de 70% correspondente à zona do Recôncavo na Bahia.

**Distribuição das Zonas Fisiográficas e Áreas, Segundo a Taxa de Urbanização em 1960**

TAXAS DE URBANIZAÇÃO (%)	Número de Zonas	Área (km <sup>2</sup> )
Menos de 30.....	63	1 322 965
30 ─ 50.....	13	139 041
50 ─ 70.....	8	68 264
70 e mais.....	1	10 531
TOTAL.....	85	1 540 801

(1) Excluído Fernando de Noronha

Pela distribuição das zonas fisiográficas e área segundo a proporção de pessoas urbanas, fica perfeitamente caracterizado o predomínio de estrutura rural na região.

Notável é que cerca de 86% do espaço geográfico, quando observado ao nível de zonas fisiográficas, se apresentava em 1960 nitidamente rural.

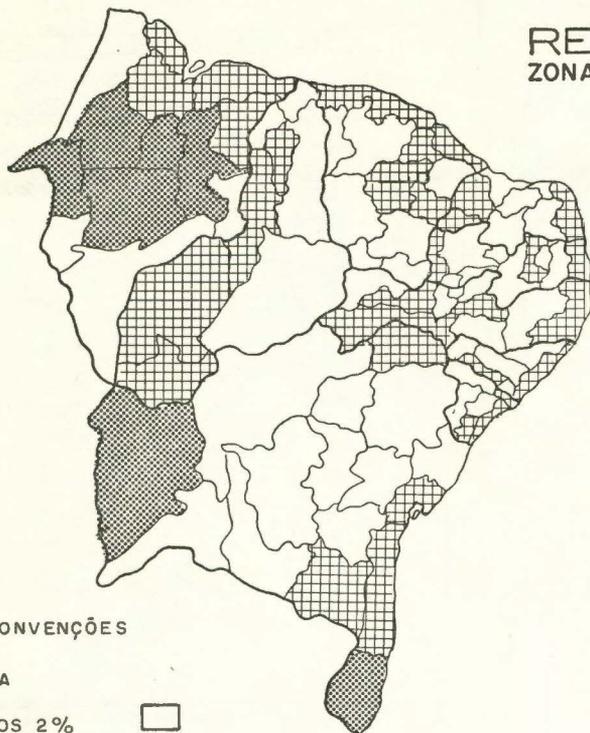
Embora tenha sido o Nordeste a região de menor ritmo da população urbana, deve ser salientado que, principalmente nas zonas do Baixo Mearim, Pindaré e Tocantins, registraram-se as maiores taxas de crescimento da população urbana da região, no decênio.

No Nordeste, apenas mais 4 zonas apresentaram taxas acima de 7% ao ano, e cerca de 47 tiveram a população urbana aumentada, com taxa abaixo de 5% ao ano entre 50/60, isto é, com ritmo abaixo da média nacional, denotando que, mesmo temporalmente, a região ainda não apresentava tendência tão marcante de urbanização quanto o Sudeste.

# REGIÃO NORDESTE

## ZONAS FISIográfICAS

TAXA DE  
CRESCIMENTO  
DA POPULAÇÃO  
(%) - 1950/60



CONVENÇÕES

TAXA

MENOS 2%

DE 2% A 3,9%

4% E MAIS



TAXA DE  
URBANIZAÇÃO  
(%) - 1960



CONVENÇÕES

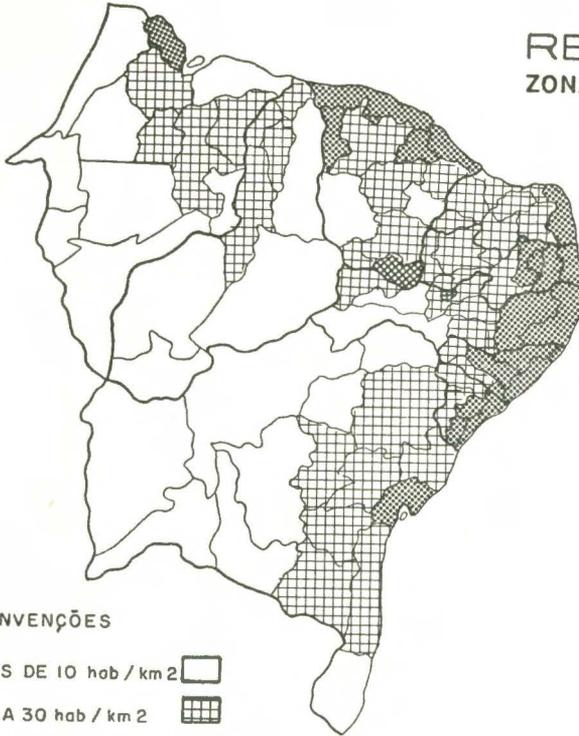
MENOS DE 30%

DE 30% A 60%

MAIS DE 60%



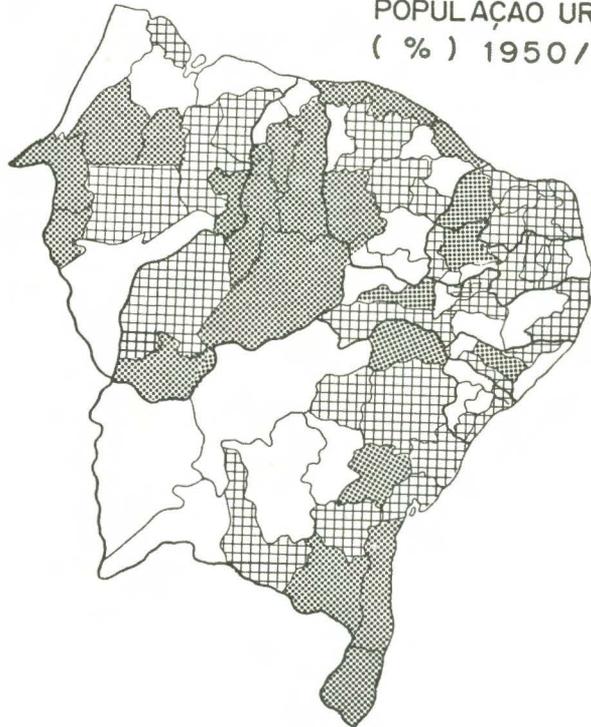
REGIÃO NORDESTE  
ZONAS FISIOGRAFICAS  
DENSIDADE - 1960  
( hab / km 2 )



CONVENÇÕES

- MENOS DE 10 hab / km 2 
- DE 10 A 30 hab / km 2 
- MAIS DE 30 hab / km 2 

CRESCIMENTO DA  
POPULAÇÃO URBANA  
( % ) 1950 / 60



CONVENÇÕES

- MENOS DE 4 % 
- DE 4 % A 6 % 
- MAIS DE 6 % 

### 3.3 — Região Sul

A região Sul do País ocupa o terceiro lugar dentre as 5 macro-regiões nacionais em volume populacional, porém a sua evolução, das mais intensas relativamente no decurso dos últimos 80 anos, colocou-a em segundo lugar quanto à densidade, quase três vezes maior do que a média nacional.

A Região tem tido nas migrações internas o grande fator de povoamento e ocupação territorial, principalmente a partir de 1940, quando êsses fluxos se orientaram, na maioria, para o Paraná.

A densidade e a taxa de urbanização apresentam certa homogeneidade, dentro do Estado, residindo, portanto, no ritmo de crescimento o principal elemento diferencial.

Em termos relativos, foi o Paraná o Estado que mais rapidamente evoluiu no último vintênio, tanto em âmbito estritamente regional como nacional.

Verifica-se adensamento discreto na Região, e somente as zonas de Curitiba e Norte, no Paraná, ultrapassam os 50 hab/km<sup>2</sup> (a primeira com 64 hab/km<sup>2</sup> e a segunda com 51 hab/km<sup>2</sup>), as quais, embora elevadas no contexto nacional, estão abaixo das maiores relações do Sudeste e mesmo do Nordeste.

O litoral de Santa Catarina, constituído de 4 zonas fisiográficas, contava com densidade entre 34 e 42 hab/km<sup>2</sup>, enquanto as zonas do interior não ultrapassavam os 25 hab/km<sup>2</sup>.

No Rio Grande do Sul, além da Zona da Depressão Central, isto é, onde se situa Pôrto Alegre, somente as zonas da Encosta Inferior do Nordeste e Encosta Superior do Nordeste, ambas contíguas à primeira, e o Alto Uruguai, zona que fica situada no Noroeste do Estado e faz limite com o Paraná, apresentavam densidades acima de 30 hab/km<sup>2</sup>, não excedendo, no entanto, os 45 hab/km<sup>2</sup>.

O maior adensamento das primeiras zonas decorreu da expansão e influência da capital do Estado, que vem historicamente exercendo forte ação polarizadora na área. Na zona do Alto Uruguai, o fenômeno está ligado ao surto de desenvolvimento verificado em todo o Oeste de Santa Catarina e Paraná.

O crescimento demográfico, como já foi acentuado, tomou elevado ritmo na Região globalmente, porém em termos relativos tornou-se excepcional só na zona Oeste do Paraná, em decorrência direta da plantação e cultivo de café que ali se verificou intensivamente, e que hoje já se expande, atravessando as fronteiras internacionais.

**Distribuição das Zonas Fisiográficas e Área, Segundo a  
Taxa de Crescimento Anual do Período 1950/60**

TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL (%)	Número de Zonas	Área (km <sup>2</sup> )
Menos de 2.....	8	147 704
2   4.....	16	239 306
4   8.....	4	70 749
8 e mais.....	2	104 312
TOTAL.....	30	562 071

Das 30 zonas da Região, 6 podem ser classificadas, com certa margem de segurança, como área de atração migratória, compreendendo tôda a parte Oeste do Paraná e Santa Catarina, além das zonas onde se situam Curitiba e Pôrto Alegre, e a zona de Tomazina que, em 1960, já assumia densidade importante (28 hab/km<sup>2</sup>) no cenário nacional.

Na década de 50 intensificou-se na Região Sul o processo de penetração do Oeste dos Estados do Paraná e Santa Catarina, em decorrência da expansão de atividades fundamentalmente agrícolas e pecuárias, principalmente ligadas ao que se pode denominar de marcha povoadora do café.

Não menos importante é a concentração urbana nas cidades de Pôrto Alegre e Curitiba, notando-se os efeitos da grande mobilidade interna da Região.

As zonas de Campos do Oeste (Paraná) e Campos de Lajes (Santa Catarina) também podem ser incluídas no rol das áreas de relativa importância quanto à atração migratória, ambas, no entanto, caracterizando-se ainda como predominantemente rurais em 1960.

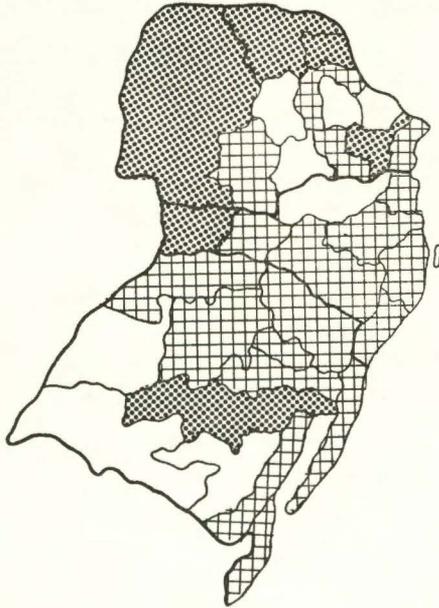
A urbanização da Região é relativamente baixa se comparada com o Sudeste, embora elevada no contexto nacional.

Em dimensão regional, constata-se que em 1960 apenas se destacam as zonas onde se localizam as capitais estaduais do Paraná e Rio Grande do Sul, ambas com mais de 70% de pessoas urbanas, proporção consideravelmente acima da média nacional.

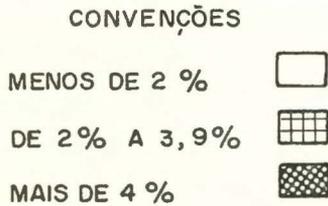
Do total das 30 zonas em que está dividida a região, apenas 6 ultrapassaram os 50%, enquanto 12 apontam ampla predominância de população rural, isto é, acusam uma relação abaixo de 30%.

# REGIÃO SUL

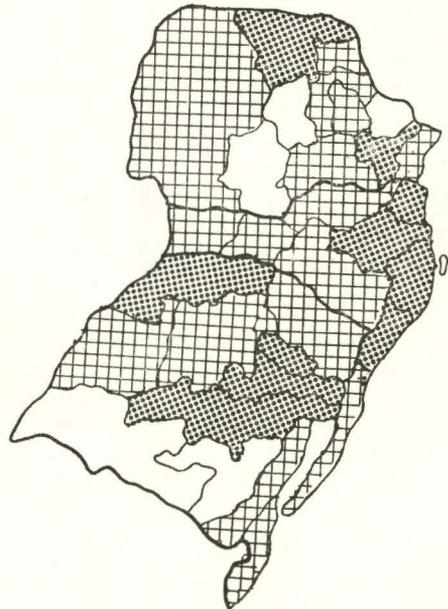
## ZONAS FISIOGRAFICAS



TAXA DE  
CRESCIMENTO  
DA POPULAÇÃO  
(%) - 1950 / 60



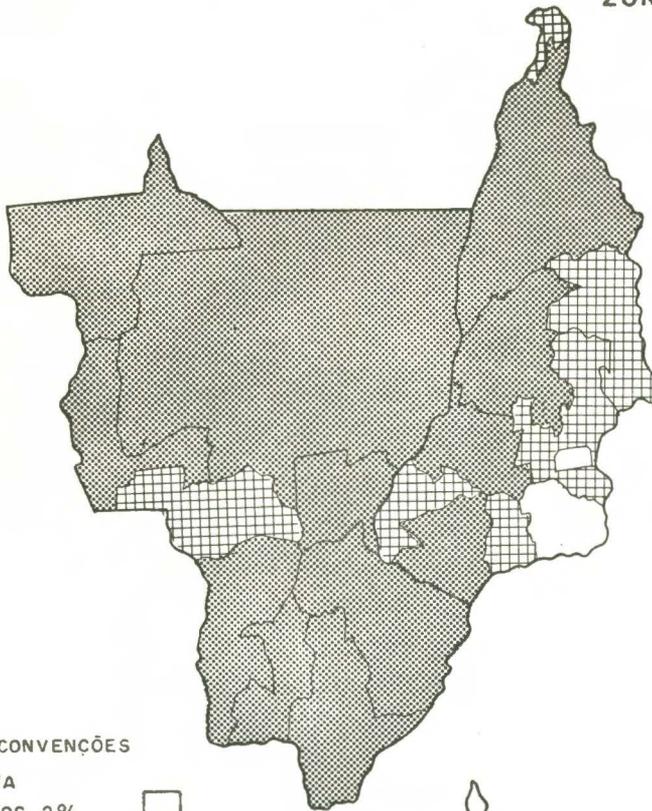
DENSIDADE — 1960  
( hab / km<sup>2</sup> )



# REGIÃO CENTRO-OESTE

## ZONAS FISIAGRÁFICAS

TAXA DE  
CRESCIMENTO  
DA POPULAÇÃO (%)  
(1950 / 1960)



DENSIDADE — 1960  
( hab / km<sup>2</sup> )

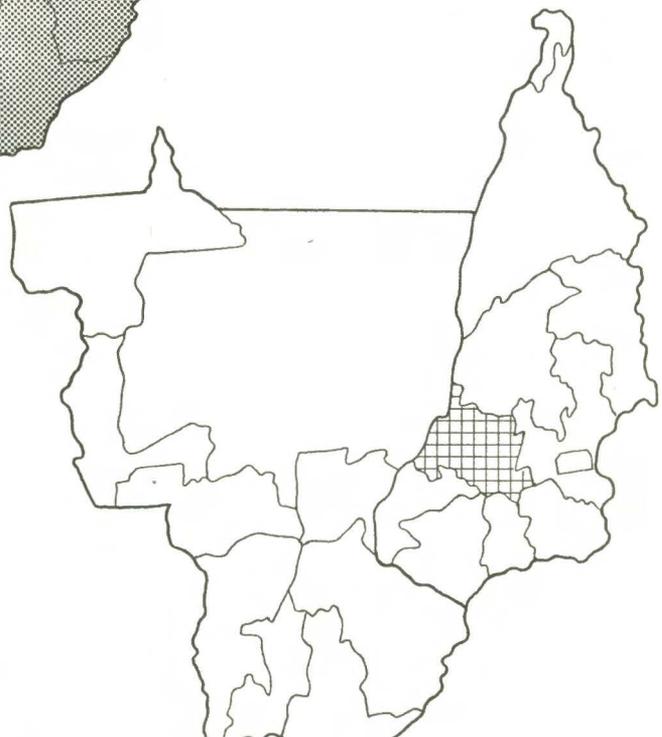
CONVENÇÕES

TAXA

MENOS 2% 

DE 2% A 3,9% 

4% E MAIS 



CONVENÇÕES

DENSIDADE

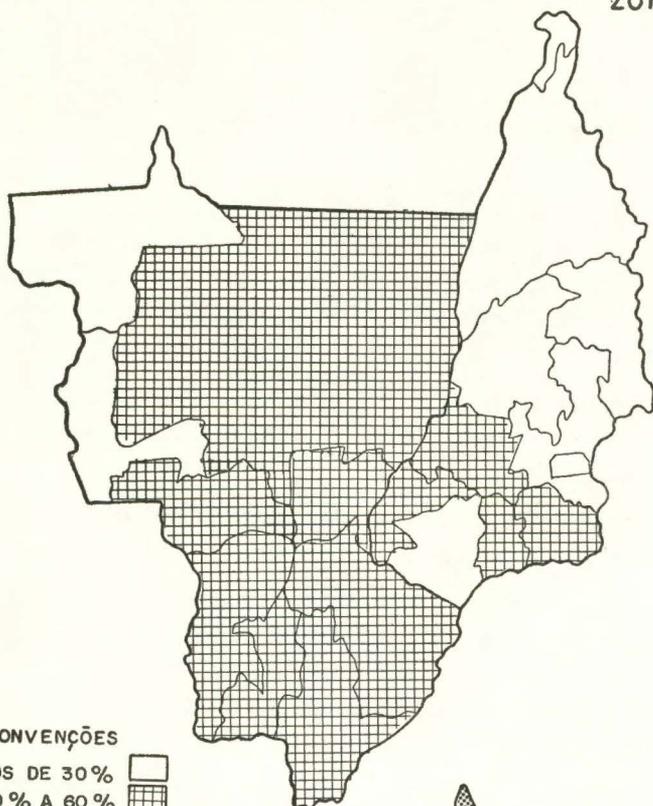
MENOS DE 10 hab / km<sup>2</sup> 

DE 10 A 30 hab / km<sup>2</sup> 

# REGIÃO CENTRO-OESTE

## ZONAS FISIográfICAS

TAXA DE  
URBANIZAÇÃO  
(%) - 1960



### CONVENÇÕES

MENOS DE 30%   
DE 30% A 60%   
MAIS DE 60% 

CRESCIMENTO DA  
POPULAÇÃO URBANA  
(%) 1950 / 60

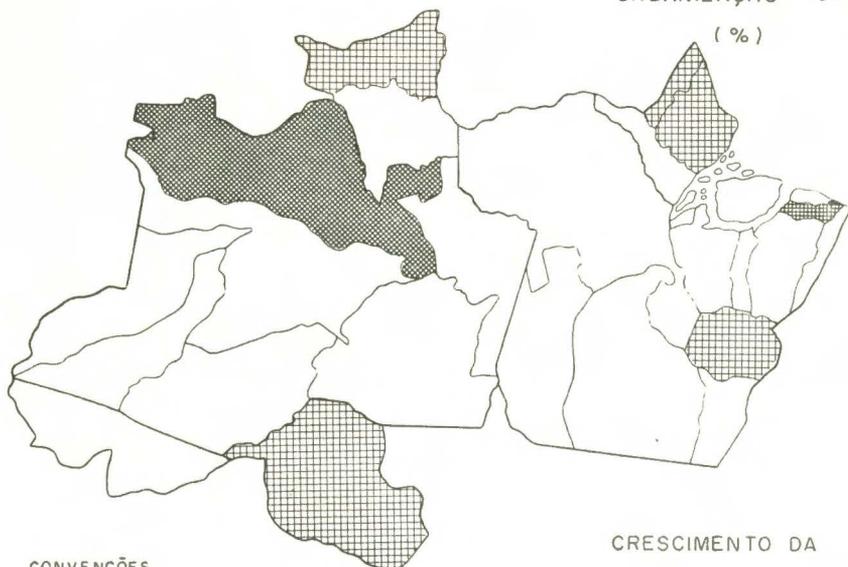


### CONVENÇÕES

MENOS DE 4%   
DE 4% A 6%   
MAIS DE 6% 

REGIÃO NORTE  
ZONAS FISIGRÁFICAS

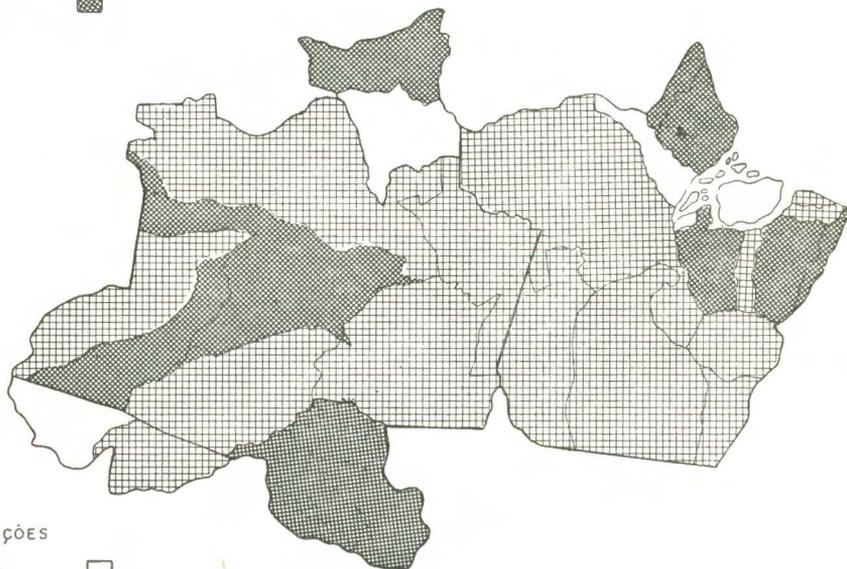
TAXA DE  
URBANIZAÇÃO - 1960  
(%)



CONVENÇÕES

MENOS DE 30 %	□
DE 30 % A 60 %	▣
MAIS DE 60 %	▤

CRESCIMENTO DA  
POPULAÇÃO URBANA - 1950/60  
(%)



CONVENÇÕES

MENOS DE 4 %	□
DE 4 % A 6 %	▣
MAIS DE 6 %	▤

A densidade máxima em nível de zona fisiográfica se registrou em Bragantina com 52 hab/km<sup>2</sup>, no Pará, segunda da zona de Salgado, com menos da metade desse valor (21 hab/km<sup>2</sup>).

A rarefação demográfica é a tônica na região, e apenas 21 municípios contavam, no ano do censo, com densidade acima de 10 hab/km<sup>2</sup>. Desse grupo, 11 tinham menos de 20 hab/km<sup>2</sup> e 9 possuíam entre 20 e 50 hab/km<sup>2</sup>. No contexto regional, destaca-se Belém com 500 hab/km<sup>2</sup>, indicando o forte poder de aglutinação regional da capital do Pará.

O crescimento demográfico foi consideravelmente elevado em termos relativos e, das 27 zonas, 13 apresentaram taxas acima de 4% ao ano, enquanto somente 2 acusaram menos de 2%.

A percentagem de pessoas vivendo nos quadros urbano e suburbano das cidades e vilas ainda era reduzida (38%); em outras palavras, a região é predominantemente rurícola e somente em 3 zonas, Bragantina, Rio Negro e Amapá-Macapá, o percentual ultrapassava os 50%, assumindo os valores respectivos de 72%, 65% e 56%.

O ritmo de crescimento da população urbana, a exemplo do que ocorre no conjunto do País, também se apresentou relativamente elevado, porém das 27 zonas fisiográficas da região, somente 6 contaram com taxa acima de 7% ao ano.

Dentre as 6 zonas mencionadas, a mais densamente povoada era a de Guajarina com 2,7 hab/km<sup>2</sup>, denotando que o fenômeno em termos absolutos não tem grande significação.

#### 4 — ÍNDICE DE OCUPAÇÃO E POVOAMENTO

Ao serem assinalados e comparados os níveis dos cinco fenômenos que implicam no povoamento e ocupação territorial das zonas fisiográficas em cada uma das regiões geo-econômicas, obtivemos os grandes traços internos do processo nesse nível de agregação espacial, assim como o ordenamento inter-regional dessas zonas, segundo a intensidade do mesmo.

Neste capítulo, procuraremos apontar a perspectiva global da Ocupação Territorial a nível de zonas fisiográficas e efetuar a ordenação das 228 zonas em que estava dividido o País em 1960, segundo a importância e tendência do processo.

Tendo em vista as dificuldades em obter essa perspectiva panorâmica, considerando aquêles indicadores isolada e simultaneamente, decidimos elaborar um índice que sintetize conjuntamente os mesmos fenômenos e reflita o estágio atual e tendências do processo em cada zona, permitindo, portanto, comparação e ordenação nacional das zonas nesse sentido.

O índice adotado faz corresponder a cada zona fisiográfica um valor numérico resultante da soma dos produtos de ponderações dadas a cada fenômeno (sob a forma de indicador) e ao nível alcançado pelos mesmos no período 1950/60: densidade, proporção da população da zona em relação ao total do País, taxa de crescimento anual da população total, taxa de urbanização e taxa de crescimento anual da população urbana.

Em termos subjetivos, as ponderações consignadas para os indicadores correspondem à hipótese implícita de que o estágio e as tendências do processo de povoamento e ocupação territorial dependem dos cinco fenômenos, na ordem direta dessas ponderações.

O Índice de Ocupação Territorial (IOT), assim definido, assume valores discretos compreendidos entre 0 e 60, já que as ponderações dos indicadores variam de 1 a 5, e dos seus níveis de 0 a 4.

O IOT, além de permitir a ordenação das zonas segundo a importância do processo de povoamento e ocupação territorial, conta com as seguintes propriedades:

a) obtenção simples, o que lhe confere fácil operacionalidade.

b) sensibilidade, isto é, varia quando os indicadores considerados para a sua elaboração sofrem pequenas variações.

O cálculo do IOT para o Brasil e as cinco regiões geo-econômicas indica haver coerência nos resultados e aponta a ordenação das mesmas quanto ao processo, estando perfeitamente compatível com aquela que efetuamos, considerando os 5 indicadores simultânea e isoladamente.

**Ponderações Adotadas Para os Indicadores e Respetivos Níveis na Elaboração do Índice de Ocupação Territorial (IOT)**

INDICADOR	Ponderação do indicador	PONDERAÇÃO DOS NÍVEIS DOS INDICADORES				
		0	1	2	3	4
Densidade (hab/km <sup>2</sup> )	5	Menos de 10	10   20	20   40	40   80	80 e +
Proporção da população total (0/00)...	4	Menos de 2	2   4	4   6	6   10	80 e +
Taxa de crescimento anual da população total.....	3	Menos de 2	2   4	4   6	6   8	8 e +
Taxa de urbanização (%).....	2	Menos de 20	20   40	40   60	60   80	80 e +
Taxa de crescimento anual da população urbana (%).....	1	Menos de 3	3   5	5   7	7   9	9 e +

**Índice de Ocupação Territorial para o Brasil e Regiões em 1960**  
(cálculo ortodoxo e detalhado)<sup>1</sup>

REGIÕES	ÍNDICE	
	Cálculo global	Cálculo detalhado
Norte.....	7	10,7
Nordeste.....	16	17,3
Sudeste.....	27	23,2
Sul.....	21	22,5
Centro-Oeste.....	12	13,8

<sup>1</sup> Cálculo global = Cálculo do índice baseado nos indicadores das regiões. Cálculo detalhado = Obtido por média dos índices das zonas pertencentes às regiões.

A tabela demonstra que as diferenças entre os índices obtidos com base nos indicadores regionais (cálculo global) e com a média dos índices das zonas fisiográficas (cálculo detalhado) não modificam a ordenação geral.

Assim, os índices regionais, em ambos os cálculos, apontam o Sudeste e o Sul como as regiões mais ocupadas, e o Norte, como a de menor intensidade do processo.

A distribuição das zonas fisiográficas, segundo o valor assumido pelo IOT indica que há relativa concentração do processo, ou seja, a ocupação territorial é intensa em poucas áreas, enquanto, na maioria delas, ocorre modestamente. Todavia, o coeficiente de desigualdade obtido com base nessa distribuição é relativamente moderado: 0,22.

O valor modal corresponde à classe 5 - 10 e a mediana a 14,5 isto é, em 114 das zonas o Índice de Ocupação Territorial não ultrapassava esse valor.

O coeficiente de variação é de 6,4%, apontando a existência da concentração já assinalada anteriormente.

**Distribuição das Zonas Fisiográficas Segundo o Valor do "IOT"**

ÍNDICE	NÚMERO DE ZONAS	
	Absoluto	(%)
0 - 5.....	14	6,1
5 - 10.....	43	18,9
10 - 15.....	41	18,0
15 - 20.....	39	17,1
20 - 25.....	31	13,6
25 - 30.....	21	9,2
30 - 35.....	18	7,9
35 - 40.....	8	3,5
40 - 45.....	4	1,7
45 - 50.....	5	2,6
50 - 55.....	2	0,9
55 - 60.....	1	0,4
TOTAL.....	227	100,0

NOTA — Inclusive Estado da Guanabara. Exclusive Aimorés, Brasília e zona de Catrimani.

O maior valor assumido pelo índice corresponde à Baixada da Guanabara, no Estado do Rio de Janeiro (valor de 55), imediatamente

seguido pela zona da Baixada do Rio Guandu, com 50 pontos, demonstrando ser a área de influência direta da cidade do Rio de Janeiro, segundo o IOT, onde se processa com maior intensidade o povoamento e Ocupação Territorial.

Das oito zonas com o IOT assumindo valor de 45 ou mais, 6 correspondem às zonas onde estão as capitais dos Estados de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. As outras três são as zonas que envolvem e pertencem à região metropolitana do Rio.

As distribuições regionais do IOT indicam que nas cinco regiões geo-econômicas coexistem áreas de importante concentração populacional e forte tendência ao povoamento, ao lado de zonas de modesta concentração populacional e fraca tendência de ocupação.

As classes modais para as regiões variam de 5 — 10 no Nordeste até 25 — 30 no Sul, que curiosamente apresenta dois valores modais.

Os coeficientes de variação oscilam entre 47,8% no Centro-Oeste e 63,2% no Nordeste.

No mapa seguinte estão plotadas as zonas segundo o nível do IOT agrupado em três classes: ocupação fraca com IOT abaixo de 20, ocupação modesta com o IOT variando entre 20 e 39 e, finalmente, ocupação importante com valor de 40 e mais para o índice.

Constata-se que o estágio atual e as tendências de ocupação ocorrem de forma amplamente variada no espaço geográfico, e as manchas que se fazem notar indicam como o processo se dá em função de fatores localizados.

No Nordeste, evidencia-se a influência do clima e do litoral, ou, em outras palavras, o processo de ocupação se verifica nas áreas ecológicamente mais favoráveis à vida humana.

Nessa Região, pequenas manchas interiores se observam no Maranhão, como resultante da ação colonizadora da SUDENE, no Piauí, na área de influência do Parnaíba, e no interior do Ceará e Pernambuco, como uma ilha, separada da zona da Mata por espaço vazio e geograficamente inóspito.

São Paulo se destaca como o estado mais homogêneamente ocupado do País e, no oeste Paranaense e sudoeste Matogrossense, é nítida a influência da marcha do café e do desenvolvimento da pecuária.

# ÍNDICE DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL (IOT)

ZONA FISIAGRÁFICA (1960)

